

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (ARTIGO)

No dia 04 do mês dezembro de 2019, reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis (artigo) do(s) discente(s), Jessica Caroline Padilha De Lima e Zilma Cabral. Intitulada: O PAPEL DA CONTABILIDADE APLICADA A UMA ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL EM MANAUS. Compuseram a banca examinadora os professores, MSc. Joycet Ramirez Ruano (Professor Orientador), MSc. William Scoralick (Banca), Esp. Maria Rita Silvino Pessoa (Banca). Após a exposição oral, os discentes foram arguidos pelos membros da banca, que ao final deliberaram pela seguinte nota 9.



Orientador(a)



Avaliador 1



Avaliador 2

**O Papel da Contabilidade Aplicada em uma Organização da Sociedade Civil em
Manaus**

Jessica Caroline Padilha de Lima

Zilma Cabral

Coordenação de Ciências Contábeis, Escola Superior de Ciências Sociais, Universidade do
Estado do Amazonas

Bacharelado em Ciências Contábeis

Prof. MSc. Elisângela Leitão de Oliveira

Prof. MSc. Joycet Ramírez Ruano

Manaus – AM

2019

O Papel da Contabilidade Aplicada em uma Organização da Sociedade Civil em Manaus

RESUMO

Objetivo: Evidenciar a aplicação e utilidade da contabilidade em uma Organização da Sociedade Civil na cidade de Manaus.

Método: Realizou-se uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e por meio dos procedimentos: bibliográfico e estudo de caso. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, os Fluxos de Caixa e a Folha de pessoal desta instituição.

Resultados: Constatou-se que o papel da contabilidade aplicado à gestão possibilita avanços e traz benefícios às instituições, todavia, a deficiência no emprego dos métodos e ferramentas contábeis dificultam o processo gerencial e financeiro.

Contribuições: O estudo proporciona uma melhor compreensão acerca das organizações do terceiro setor e o emprego da contabilidade neste âmbito, uma vez que, estas organizações necessitam buscar a organização em suas atividades e em seus recursos financeiros para garantir que os objetivos sejam alcançados, para isso é necessário empregar ferramentas de planejamento e controle que orientem e estruturem a gestão, garantindo o cumprimento da missão social da entidade.

Palavras-Chave: Terceiro Setor; Contabilidade; Tomada de decisão; Prestação de contas.

1. Introdução

Em um mundo cada vez mais globalizado com crescentes demandas, em especial as de cunho sociais, busca-se unificar os interesses como uma forma de melhorar os processos, aperfeiçoar técnicas, aumentar conhecimento e garantir a sobrevivência. Neste sentido, os setores da sociedade se movimentam para seus fins e por eles, buscando a melhor padronização e os melhores resultados em suas atividades. Contudo verificamos ainda contextos desafiadores, sejam eles organizacionais, sociais ou políticos.

Na tentativa de unir forças e recursos em prol de diversas causas e da redução de problemas sociais, as entidades do terceiro setor surgem com o intuito de assistir em muitas escalas os direitos básicos da sociedade. Assim sendo, é notório que o crescimento do Terceiro Setor no Brasil, impacta positivamente no aumento da promoção social aos indivíduos menos favorecidos, suprimindo a impossibilidade do Estado de atender à necessidade de todas as camadas sociais da população, sem extinguir seu dever de cumprir a Constituição Federal de 1988.

Em um cenário em que a legislação brasileira vem se estruturando a novas realidades e possibilidades, percebe-se a importância da aplicação de métodos contábeis nas organizações do terceiro setor, pois viabiliza a promoção da transparência nas informações financeiras e nas atividades desenvolvidas, bem como, elucida melhores caminhos para a gestão da entidade.

Dessa forma, o tema abordado justifica-se de suma importância, visto que a gestão contábil e financeira nas organizações é responsável pelo planejamento e controle das movimentações do patrimônio da entidade. Informações acerca do patrimônio precisam orientar e auxiliar os responsáveis pela administração, e as organizações precisam adotar sistemas que forneçam qualidade dessas informações, sendo fiéis à utilidade fundamental de critérios e procedimentos técnicos e científicos da contabilidade.

Quando há uma falha ou ausência de ferramentas indispensáveis para a tomada de decisão e para o cuidado dos recursos financeiros, o sistema organizacional tende a sucumbir a um ciclo preocupante de incertezas e riscos, o que pode levar a uma falta de visão, transparência nas atividades operacionais e problemas financeiros.

Diante disso, com o interesse em pesquisar o desdobramento da contabilidade em organizações do terceiro setor, apresentou-se a seguinte questão: **Quais benefícios da contabilidade para uma Organização da Sociedade Civil e como sua ausência pode afetar o desempenho da instituição?**

Então, o objetivo principal desta pesquisa foi evidenciar a aplicação e utilidade da contabilidade em uma Organização da Sociedade Civil na cidade de Manaus, comprometendo-se a construir um estudo à relevância da contabilidade em obter informações úteis, as quais possam auxiliar no processo gerencial e na prestação de contas da entidade, sendo essencial que essas organizações se estruturam financeira e gerencialmente da melhor forma, pois o terceiro setor representa uma enorme rede de movimentação social e de crescimento comunitário. E não menos importante, o papel da contabilidade se afirma fundamental perante as estruturas sociais e organizacionais, pois a ciência é viva e integra a história e seus avanços.

2. Referencial Teórico

2.1 Terceiro Setor

Para a compreensão do terceiro setor, é necessário elucidar que a sociedade está organizada, à luz jurídica, em três setores: O primeiro setor que compreende as instituições públicas; o segundo setor que diz respeito às empresas com finalidades econômicas; e o terceiro setor, composto por instituições sem fins econômicos.

Assim sendo, para conceituar o termo terceiro setor, Santos (2010) afirma que “o Terceiro Setor é constituído de organizações sem fins lucrativos e com um objetivo social definido. Geralmente, elas dependem de recursos oriundos de doações, transparência de fundos sem ônus e de trabalho voluntário. Suas atividades são tipicamente públicas, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado”.

Logo, as instituições do terceiro setor pertencem a um cenário social interessado no aperfeiçoamento e bem comum da sociedade, visando um novo sentido para resolver crescentes problemas sociais. A exemplo disso, Arruda et al. (2010) afirmam que “diante do crescimento das desigualdades sociais, inseridas num contexto de exclusão social, e da consequente pressão dos cidadãos pelas soluções em diferentes realidades para as mais diversas questões, o terceiro setor emergiu como uma alternativa aos problemas sociais e, de forma progressiva, está ocupando alguns espaços que eram tidos como de exclusividade do Estado”.

Por sua vez, diante do crescimento das instituições sem fins econômicos, o Estado concede algumas certificações e títulos a essas instituições. Essas concessões aumentam as chances das entidades de conseguirem parcerias com o governo para o fomento de suas atividades, como a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), estes são exemplos mais conhecidos; todavia, para obter tais registros é preciso atender as exigências e requisitos legais.

2.2 Organizações da Sociedade Civil – OSC

Historicamente, o termo ONG (Organização não governamental) surgiu em publicações da ONU (Organização das Nações Unidas), referindo-se às instituições que não possuíam vínculo com o governo. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, no Brasil o termo foi difundido e popularizado por intermédio do Fórum Internacional para discussão do Meio Ambiente realizado no Rio de Janeiro em 1992 – ECO 92.

O termo OSC configura uma nova forma referente às entidades antes denominadas como ONG. Para o Código Civil Brasileiro, as Organizações da Sociedade Civil - OSC como conhecemos, são classificadas em dois tipos: Fundações e Associações.

As Organizações da Sociedade Civil ainda não possuem legislação própria, entretanto, com o advento da Lei 13.019/2014 (Marco Regulatório das OSC's) que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e essas organizações, foi possível um significativo avanço de aparatos para atender os imperativos do crescimento do terceiro setor no Brasil, uma vez que sua implementação estimula e valoriza a democratização da gestão pública e as atividades sociais no âmbito do terceiro setor.

2.3 Importância da Gestão Financeira em uma OSC

Com ênfase na objetividade e consistência dos dados, a gestão financeira vai além de gerir as finanças para pagar contas e controlar transações financeiras. Ela também significa planejar, executar e avaliar o financeiro a fim de harmonizar a organização. É preciso, portanto, observar os princípios contábeis e elaborar as demonstrações, visto que, compete a contabilidade os atributos necessários para esse fim.

Santos e Silva (2015, p. 27), afirmam que “gerenciar é estabelecer objetivos e alocar recursos para atingir finalidade determinadas, a ação do gerente deve ser avaliada para se verificar como ele está utilizando os recursos disponíveis e sua capacidade de viabilizar o alcance dos objetivos da organização”.

Logo, orçamentos e fluxos de caixa são importantes para uma OSC, e não menos importantes, para a gestão de finanças da instituição. Verifica-se nesse sentido a seriedade dos demonstrativos contábeis na sustentação do processo gerencial, posto que, os recursos e controle financeiros estão a serviço da missão da organização (CABRAL, 2019).

Dessa forma, o planejamento financeiro visa captar recursos e consolidar a transparência diante dos doadores. A fim de garantir futuras obtenções de financiamento, as organizações da sociedade civil devem direcionar-se ao sentido de obter informações antecipadas quanto às necessidades ou disponibilidades de recursos.

2.4 Transparência e Prestação de Contas em uma OSC

Quando tratamos de prestação de contas em uma organização da sociedade civil, lidamos com a existência de dois principais grupos de agentes interessados nas informações e transparência destas. Um grupo é configurado pela sociedade em geral, por exemplo doadores e voluntários; o outro se refere à administração pública, na ocasião de cumprimento legal e no caso da instituição receber fomento com recursos públicos.

O ato de prestar contas aos seus colaboradores e beneficiários é essencial para continuar estimulando transparência e gerando confiança. De acordo com França et al. (2015), a elaboração e divulgação do plano de trabalho com os objetivos, origem dos recursos, infraestrutura, identificação de projeto e benefícios a executar, possibilita transparência dos benefícios que a instituição está promovendo, bem como gerando confiabilidade.

No tocante às exigências legais, segundo o inciso III do art. 33 da lei 13.019/14, as demonstrações contábeis são pré-requisitos para celebração da parceria, não basta ter CNPJ para comprovar sua existência, através das demonstrações contábeis pode-se evidenciar as atividades realizadas e a extensão delas.

É necessário que a organização disponibilize as informações de todas suas parcerias com o governo em sítios e murais que permita o acesso da população, os valores também devem ser divulgados para que os beneficiários e contribuintes possam ter certeza que o dinheiro está sendo destinado ao que foi proposto no plano de trabalho. No artigo 64 da lei 13.019/14:

Art. 64. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

§ 4º A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis podem ser utilizadas como instrumento que auxilia na transparência e prestação de contas, uma vez que permite o controle de entrada e saída de bens, direitos e obrigações, demonstra as obrigações que ela deve recolher diante a esfera governamental, permite o planejamento estratégico para expansão do auxílio prestado à população, assim como a divulgação destas informações são relevantes para aumentar a credibilidade da organização perante a sociedade.

Segundo Queiroz et al. (2015) “a divulgação de ações sociais por parte das organizações contribui para promover e fortalecer as relações de cooperação entre grupos de interesse, instituições públicas e privadas e a sociedade, em âmbito nacional e internacional”.

Dessa forma, manter a contabilização correta do patrimônio da empresa e a divulgação das demonstrações poderão auxiliar e minimizar erros.

2.5 Contabilidade para o Terceiro Setor

A contabilidade como uma ciência que tem o objetivo de estudar e controlar o patrimônio e suas variações, admite um papel relevante de fornecer informações úteis para a tomada de decisão (RIBEIRO, 2013). Para Carneiro et al. (2011), a contabilidade é um sistema de informação padronizado que demonstra a origem e aplicação dos recursos, facilitando a transparência.

Inserida no âmbito das organizações da sociedade civil, a contabilidade como ciência além dos números, assume um papel fundamental na gestão e operacionalização das atividades dessas organizações, fornecendo um conjunto de informações de caráter qualitativo e quantitativo, capaz de evidenciar as necessidades e os potenciais das entidades.

Para Niyama e Silva (2008) apud Carneiro et al. (2011) “a contabilidade deve mostrar preocupação com o trabalho social das entidades do terceiro setor, incluindo os atendimentos aos mais carentes e os benefícios à parcela menos favorecida. Afirmam ainda que a contabilidade é um importante parâmetro para que o doador de recursos avalie o impacto social promovido pela organização”.

Segundo Santos (2010, p. 12) “para entrar e sobreviver em um mercado altamente competitivo é necessário atentar para as variáveis que afetam o grau de excelência de uma empresa em termos de resultado no mercado em que atua. É importante, para uma organização, que o gestor identifique primeiramente as práticas de contabilidade adotadas e possa atuar sobre estas buscando melhorar o resultado. Observa-se a relevância da compreensão das práticas de contabilidade, a qual se revela nas práticas de gestão de uma determinada organização”.

Assim sendo, o papel da contabilidade nas organizações da sociedade civil possui um grande potencial de contribuir com informações relativas à avaliação do desempenho financeiro e seu impacto no papel social das entidades, por meio da elaboração e utilização das demonstrações contábeis; e contribui ainda com informações relativas ao desempenho das atividades para a gestão dessas organizações.

2.6 Normas e Demonstrações Contábeis aplicáveis ao Terceiro Setor

Houve um avanço notório rumo à normatização específica para as entidades sem finalidade econômica. Em 2012, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucros, que “estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros”.

Além da ITG 2002, nos aspectos não abordados por ela, aplica-se também a estas entidades:

- Os princípios contábeis;
- A NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas);
- A NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais;
- A NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; e
- A NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

No tocante às demonstrações contábeis, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 26-R1, divulga no item 9 a relevância das demonstrações, onde podemos constatar que:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

No que diz respeito ao terceiro setor, observa-se a importância das informações atenderem aos critérios de confiabilidade e transparência. Nesse sentido, Andrade et al. (2018) afirmam que “as entidades do Terceiro Setor devem elaborar e apresentar suas demonstrações, evidenciar a situação da entidade, assim como a transparência de suas ações sendo vital para sua sobrevivência”.

Assim sendo, para a informação contábil financeira ser útil, é preciso que ela seja relevante e represente com fidedignidade àquilo que propõe demonstrar. A utilidade da informação contábil-financeira aperfeiçoasse se esta for comparável, verificável, tempestiva e compreensível (CPC 00-R1, 2011).

3. Metodologia

Com relação aos objetivos, esta pesquisa utilizou o método exploratório, uma vez que pretende encontrar elementos necessários sobre o assunto que permitam torná-lo mais claro e possibilitem construir questões relevantes para conduzir ao resultado desejado (SILVA, 2017, p. 154). Sendo assim, a pesquisa objetivou evidenciar a aplicação e utilidade da contabilidade em uma Organização da Sociedade Civil na cidade de Manaus, que desenvolve atividades de assistência e promoção social e espiritual a jovens, crianças e adultos.

Acerca da metodologia quanto à abordagem, a pesquisa classificou-se como qualitativa. Conforme Silva (2017, p. 148) “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a

totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”. Então, a partir do estudo realizado, obtiveram-se informações que ao serem identificadas, interpretadas e analisadas possibilitaram a abordagem dos resultados de cunho qualitativos.

Em relação aos procedimentos, foram utilizados os métodos bibliográficos e estudo de caso. Sendo assim, para a fundamentação teórica foi realizado o levantamento das informações oriundas de materiais escritos e eletrônicos como artigos científicos, livros, páginas de web sites, monografias, revistas científicas, legislação brasileira, normas brasileiras de contabilidade, entre outros que se fizeram necessários para fundamentar o estudo e reflexão acerca do assunto.

Por conseguinte, o estudo de caso, que segundo Silva (2017, p. 152), “pode ser utilizado para desenvolver entrevistas estruturadas ou não, questionário, observações dos fatos, análise documental”, baseou-se nos seguintes instrumentos de coleta: a) questionário aplicado ao representante financeiro da entidade; b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, ambos dos anos 2017 e 2016; c) Fluxos de Caixa do mês de novembro de 2018 a outubro de 2019; d) Folha de Pagamento do mês de março a dezembro de 2019, e) Extratos bancários do mês de novembro de 2018 a outubro de 2019.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Contexto da Organização

Com mais de 20 anos de atuação, a organização estudada iniciou-se com um grupo de voluntários que atuam desde 1996. Possui título de Utilidade Pública Estadual, o que possibilitou parceria com o governo do Estado do Amazonas em meados dos anos 2000. Em 2006 fora formalizado a concessão de um terreno, doado pela Prefeitura Municipal de Manaus, a partir daí a instituição passou a trabalhar para construir um prédio no novo terreno, visando fundar uma escola e continuar com o albergue para pessoas em situação de rua que já realizavam.

Com a construção do imóvel, a instituição mantém desde 2013 uma escola de educação infantil licenciada pelo MEC para funcionamento até o 5º ano do ensino fundamental, oferecendo ensino gratuito a crianças da comunidade onde está inserida.

Visando organizar e manter as atividades da escola, a organização em questão firmou parceria com um Colégio Lato Sensu a fim de adquirir recursos para custeio da folha de pagamento e de material pedagógico. A organização também promove outras atividades nos finais de semana atendendo crianças, jovens e adultos, promovendo momentos de recreação e atividades laborais para o desenvolvimento pessoal.

Por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos, os recursos financeiros são obtidos por meio de doações na forma de apadrinhamento, parcerias, entre outras. Além disso, a instituição realiza alguns eventos em datas comemorativas a fim de promover interação social e de arrecadar receita para a manutenção das suas atividades.

4.2 Análise do Balanço Patrimonial

Aplicaram-se os indicadores financeiros de liquidez geral e liquidez corrente para análise do Balanço Patrimonial (Apêndice B), e os valores utilizados foram extraídos dos saldos pertencentes às contas do mesmo. A escolha de análise por esses índices se deu levando em consideração a composição do patrimônio, em especial, o ativo circulante e passivo circulante,

e por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos. Diante disso, a proposta foi observar o comportamento financeiro da entidade com relação a capacidade de pagamento. Os índices de rentabilidade não foram utilizados uma vez que não é objetivo da instituição gerar lucro.

O índice de liquidez corrente, demonstra a capacidade de pagamento que uma organização possui para quitar suas obrigações a curto prazo, como por exemplo o pagamento da folha de funcionários; e o índice de liquidez geral, demonstra a capacidade de pagamento das dívidas de modo geral, tanto a curto quanto a longo prazo. A seguir os resultados encontrados e as considerações acerca de cada índice.

4.2.1 Liquidez Geral

Com base nos dados do Balanço Patrimonial (Apêndice B) do ano 2016 e 2017, realizou-se os cálculos para encontrar o percentual do índice de liquidez geral em cada ano, conforme abaixo:

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}$$

$$\text{Índice em 2016} = \frac{302.738,31}{24.103,09} = 12,56 \times 100 = 1.256\%$$

$$\text{Índice em 2017} = \frac{302.496,35}{30.688,47} = 9,85 \times 100 = 985\%$$

Dessa forma, nos anos 2016 e 2017 toda a capacidade da organização de quitar as obrigações a longo prazo apresentou uma probabilidade de 1.256% e 985%, respectivamente. Considerando que esses índices representam uma boa liquidez, vale ressaltar as especificidades dos grupos patrimoniais, ativo e passivo:

- o ativo circulante é composto pelo caixa e banco conta movimento, e totaliza um saldo de R\$ 15.446,52 em 2016 e de R\$ 23.687,23 em 2017;
- o ativo não circulante refere-se apenas ao imobilizado da instituição;
- o passivo circulante é composto integralmente por obrigações trabalhistas/previdenciárias e tributárias, o que significa um total de R\$ 24.103,09 em 2016 e de R\$ 30.688,47 em 2017;
- a entidade não possui créditos do passivo não circulante.

Foi verificada ainda uma redução da exequibilidade de liquidez no índice de 2017 em relação a 2016, o que pode ser observado tanto no aumento das obrigações como na redução do ativo. Os saldos das contas na ocasião do fechamento do balanço de ambos os anos, apresentam uma perspectiva do disponível em caixa e banco de suprir as obrigações apropriadas para o início do ano seguinte ao analisado com certas limitações, configuradas pelo desempenho delicado que se observa e o risco de gerar mais dívidas futuramente.

4.2.2 *Liquidez Corrente*

Em relação ao índice de liquidez corrente, os dados utilizados também foram do Balanço Patrimonial (Apêndice B), a seguir as informações encontradas mediante os cálculos realizados:

$$Fórmula = \frac{Ativo Circulante}{Passivo Circulante}$$

$$Índice em 2016 = \frac{15.446,52}{24.103,09} = 0,64 \times 100 = 64\%$$

$$Índice em 2017 = \frac{23.687,23}{30.688,47} = 0,77 \times 100 = 77\%$$

Do ano de 2016 para 2017 houve um aumento de 13% na capacidade de solver suas obrigações a curto prazo, no entanto o índice não considera que a instituição tenha arcado com despesas e pagamentos repentinos em tempo hábil, uma vez que ele não demonstra a sincronização entre recebimentos e pagamentos. Os saldos do ativo circulante são inferiores ao do passivo circulante em R\$ 8.656,57 no ano de 2016, e em R\$ 7.001,24 no ano de 2017, o que significa que apesar dos índices apresentarem uma probabilidade razoável de quitação das obrigações, a instituição pode ter tido dificuldade na gestão das finanças. Sendo assim, observa-se que apenas analisar o balanço patrimonial, não foi suficiente para afirmar que a capacidade de liquidez da organização representa sua conjuntura financeira, no que diz respeito aos resultados do período.

4.3 *Análise da Demonstração do Resultado do Período*

Para melhor analisar a evolução de receita e despesas no ano de 2017 em comparação a 2016, foram utilizados os métodos da análise horizontal e vertical aplicados em saldos específicos da Demonstração do Resultado de 2016 e 2017 (Apêndice C e Tabela 1).

A análise horizontal permite construir uma série histórica de uma conta ou um grupo de contas, o que ajuda no estudo de tendências, essa forma de análise fundamenta-se nos efeitos, portanto dificilmente revela as causas da mudanças. Para encontrar o percentual das variações, utilizou-se a fórmula:

$$Variação AH = \left(\frac{Ano seguinte (Ano 2)}{Ano base (Ano1)} - 1 \right) \times 100$$

A análise vertical, por sua vez, permite identificar a real importância de uma conta dentro do conjunto de contas na estrutura da Demonstração do Resultado, em alguns casos, é possível descobrir algumas causas primárias de mudanças. Para calcular o percentual na DR, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Variação AV} = \left(\frac{\text{Valor da Conta ou item}}{\text{Total das receitas}} \right) \times 100$$

Assim sendo, seguem os dados encontrados a partir dos cálculos realizados em saldos específicos da Demonstração do Resultado (Apêndice C):

Tabela 1

Análise vertical e horizontal sobre o saldo total de receita e despesas

Descrição	Em 31/12/2017			Em 31/12/2016		
	Valor (R\$)	AV	AH	Valor (R\$)	AV	AH
(+) Total da receita	196.991,76	100,00%	41,66%	139.061,65	100,00%	100,00%
(-) Despesas comerciais/ administrativas	195.132,49	99,06%	27,89%	152.576,63	109,72%	100,00%
(-) Despesas tributárias	1.434,60	0,73%	-25,13%	1.916,20	1,38%	100,00%
(-) Despesas financeiras	7.252,01	3,68%	350,81%	1.608,65	1,16%	100,00%
(-) Total das despesas	203.819,10	103,47%	30,57%	156.101,48	112,25%	100,00%
(-) Resultado do período	-6.827,34	-3,47%	-59,93%	-17.039,83	-12,25%	100,00%

Fonte: elaborado pelas autoras com base na Demonstração do Resultado do Período.

Com a aplicação do método de análise horizontal (AH), na tabela 1 observa-se que as receitas apresentaram uma variação a maior de 41,66% em 2017, o que se traduz numa significativa quantia apesar de não ter sido um avanço tão satisfatório para a instituição diante das crescentes demandas. Em contrapartida, em 2017 as despesas totais aumentaram em 30,57% mostrando que há uma frágil dinâmica de superioridade das receitas sobre as despesas.

Com o método de análise vertical (AV), observa-se na tabela 1 que nos dois anos, o total das despesas ultrapassaram o total de receitas, sendo que a instituição teve um déficit de R\$ 6.827,34 em 2017 e de R\$ 17.039,83 em 2016. A maior incidência de gastos encontra-se nas despesas administrativas, que representam 99,06% do total de receita em 2017, e ultrapassam 9,72% do total de receita em 2016; dessa forma, com base no saldo das receitas, torna-se ineficiente cumprir com as demais despesas.

Diante disso, pode-se observar uma preocupação da instituição em lidar com a gestão das finanças, tanto no planejamento como no controle dos gastos mais onerosos. É válido pautar que apesar do resultado em ambos os anos ter sido negativo, houve uma variação de -59,93% no déficit de 2017, sobretudo, em função do aumento da receita.

4.4 Análise dos Fluxos de Caixa: dinâmica entre entradas e saídas na saúde financeira da organização

A instituição não utiliza o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, apenas mantém um controle mensal de entradas e saídas, onde são levados em conta os efetivos ingressos e desembolsos previstos dentro do mês referente. Com base nos dados fornecidos pela instituição, pode-se contabilizar o total dos valores e extrair uma média de entradas em R\$ 23.471,63 e de

saídas em R\$ 27.617,04, no intervalo de um ano a contar de novembro de 2018, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2

Demonstrativo do total de entradas e saídas do caixa

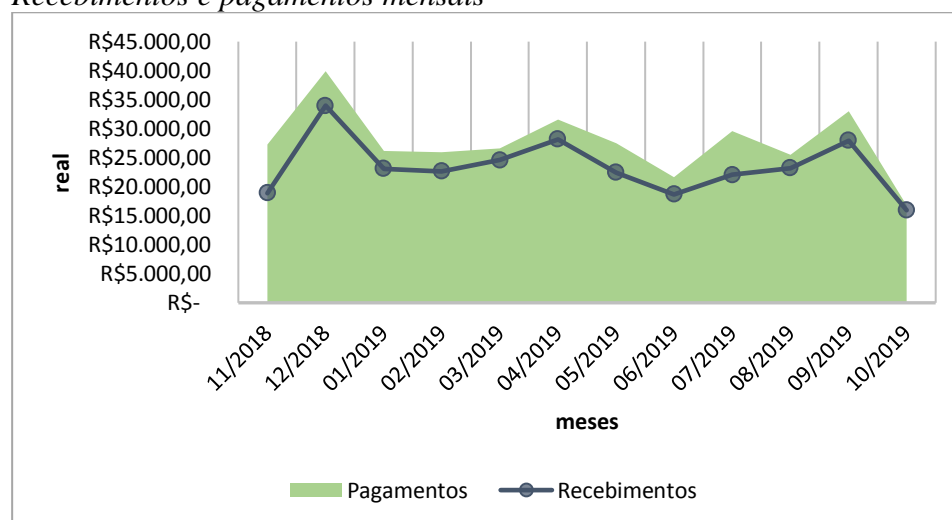
Mês/Ano	Entradas	Saídas	Saldo
Nov/2018	R\$ 18.890,79	R\$ 27.273,76	-R\$ 8.382,97
Dez/2018	R\$ 33.978,60	R\$ 39.903,91	-R\$ 5.925,31
Jan/2019	R\$ 23.106,36	R\$ 26.173,61	-R\$ 3.067,25
Fev/2019	R\$ 22.637,89	R\$ 25.944,55	-R\$ 3.306,66
Mar/2019	R\$ 24.578,00	R\$ 26.602,77	-R\$ 2.024,77
Abr/2019	R\$ 28.198,90	R\$ 31.535,73	-R\$ 3.336,83
Mai/2019	R\$ 22.435,00	R\$ 27.449,37	-R\$ 5.014,37
Jun/2019	R\$ 18.669,00	R\$ 21.673,16	-R\$ 3.004,16
Jul/2019	R\$ 22.054,00	R\$ 29.623,96	-R\$ 7.569,96
Ago/2019	R\$ 23.220,00	R\$ 25.483,28	-R\$ 2.263,28
Set/2019	R\$ 27.934,00	R\$ 32.972,20	-R\$ 5.038,20
Out/19	R\$ 15.957,00	R\$ 16.768,14	-R\$ 811,14
Média	R\$ 23.471,63	R\$ 27.617,04	-R\$ 4.145,41

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos fluxos de caixa.

Na coluna de entrada, destacam-se todas as receitas obtidas, sejam por doações ou promoção social; enquanto que na coluna de saídas são as projeções de despesas que deveriam ser pagas nos meses analisados. Observa-se que a instituição fechou os meses com o caixa negativo, gerando para o mês subseqüente débitos.

Figura 1

Recebimentos e pagamentos mensais



Fonte: elaborado pelas autoras com base nos fluxos de caixa.

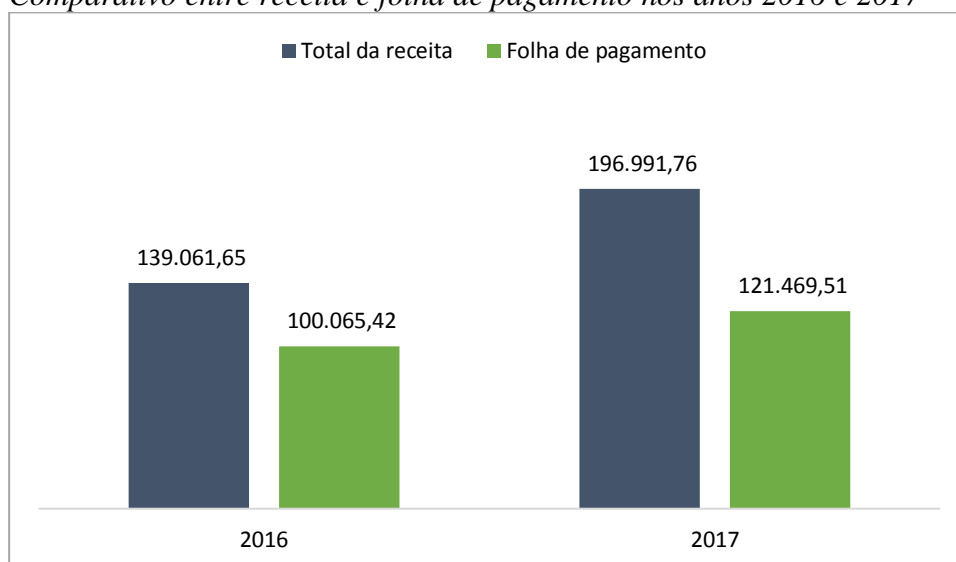
Para demonstrar o comportamento variável de recebimentos e gastos, observa-se na figura 1 que a instituição tem recebido menos do que arrecada no período analisado, mesmo tendo realizado eventos para sanar as obrigações; a medida que as entradas variam os gastos também aumentam numa proporção acima da capacidade dos recursos financeiros da instituição. Diante disso, o aumento das dívidas levou o presidente da instituição a solicitar empréstimo pessoal com finalidade de liquidar as obrigações, o valor do empréstimo por sua vez foi reconhecido como doação na contabilização da instituição.

4.5 Aplicação de recursos financeiros para a folha de pagamento

A instituição conta com 11 funcionários (6 professores, 1 secretário, 1 diretora, 1 responsável financeiro, 1 caseiro e 1 servente de limpeza), sendo assim, os maiores índices de gastos incidem sobre a folha de pagamento e encargos. Nos anos de 2016 e 2017, observa-se na Demonstração do Resultado que os gastos com pessoal configuraram 71,96% e 61,66% do total da receitas, respectivamente, conforme demonstra a figura 2:

Figura 2

Comparativo entre receita e folha de pagamento nos anos 2016 e 2017



Fonte: elaborado pelas autoras com base na Demonstração do Resultado do Período.

4.6 Resultados contábil-financeiro e gerencial

Com as informações obtidas por meio do questionário, constatou-se que a contabilidade da instituição é realizada por escritório contábil, com foco no tributário e financeiro. Para sua gestão a prioridade é o controle das atividades e das finanças, o que demonstra a necessidade de estabelecer um sistema que integre o planejamento contábil e estratégico ao controle das finanças, pois isso possibilitaria a melhor organização dos processos e a mensuração dos resultados, bem como, proporcionaria ao gestor uma maior clareza nas tomadas de decisões, como pode ser observado na figura 3:

Figura 3

Informações básicas sobre a implantação da contabilidade na instituição

Contabilidade é feita por:	Escritório Contábil
Tipo de contabilidade realizada	Fiscal e Tributária Financeira
Prioridade na gestão	Controle das atividades e finanças
Ferramentas contábeis-financeiras utilizadas	Fluxos de caixa Elaboração de demonstrações contábeis Controle de doações Planejamento tributário Prestação de contas
Demonstrativos elaborados	Balanço Patrimonial Demonstração do Resultado do Período

Fonte: elaborado pelas autoras com base nas respostas do questionário

Conforme apresentado na figura 3, é possível observar que a instituição utiliza ferramentas contábeis-financeiras básicas como fluxos de caixa, controle de doações, elaboração do balanço patrimonial e demonstração do resultado, e prestação de contas. Todavia, não emprega o controle de contas a pagar e de compras, como também não realiza orçamentos anuais, mensais ou trimestrais.

Com as informações geradas por meio das ferramentas aplicadas, a administração não as utiliza para a tomada de decisão nem percebe a contabilidade como uma ferramenta de gestão, o que se justifica pela falta de experiência do gestor e nenhum conhecimento acerca de contabilidade ou dos benefícios da mesma. Entretanto, apesar da falta de estrutura de aspectos fundamentais para uma gestão mais qualificada, a instituição percebe a importância da contabilidade realizada para a transparência das informações, o que vem facilitando a prestação de contas.

Por fim, é de interesse da instituição aprimorar a longo prazo o sistema gerencial e financeiro através do uso da contabilidade, pois percebe-se a necessidade de elaborar um plano de trabalho que norteie as ações a serem realizadas, de estabelecer o planejamento junto ao controle, e de operar mediante as informações úteis geradas com a aplicação de métodos contábeis na busca por sustentar bons resultados que garantam a sobrevivência da instituição no contexto social ao qual está inserida.

5. Considerações Finais

Para o desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil, a transparência das informações financeiras pode beneficiá-las assim como a sociedade, diante da prestação de contas, tornando-se incentivo o aumento da credibilidade e para aumento das chances de aprovação em submissões a projetos para celebração de editais de chamamento público.

Em resposta do motivo que a entidade, depois de mais de 20 anos de atuação voluntária, em menos de 2 anos resolveu estruturar a contabilidade; deve-se ao fato de ser um dos requisitos para celebração de editais. Com a celebração de parcerias poderiam ampliar as atividades e o auxílio oferecido além de minimizar o déficit; e o próprio reconhecimento de que a contabilidade pode auxiliar a entidade na tomada de decisões, para expandir suas atividades e assim beneficiar a comunidade atendida.

Percebe-se também que para formar a conhecimento da situação de uma organização, não somente deve-se a analisar o balanço patrimonial pelo fato de ele apenas nos mostrar as contas patrimoniais, quando detectado a déficit no balanço, conseguimos visualizar na Demonstração do Resultado quais são os indícios que promovem o déficit. Outra ferramenta contábil, que se aplicaria de maneira mais visual para demonstrar as falhas e promover conhecimento, seria a elaboração do balanço social que destaca os índices humanos da instituição, não apenas analisando números, e fomentando a valorização das pessoas, que são as mais importantes, pois estão à frente das atividades que suscitam mudanças no cenário atual.

Com a possibilidade de arrecadar mais recursos com as parcerias e transparência, não beneficiaria apenas a instituição, principalmente a população; para promover o engajamento da organização poderia utilizar-se do modelo de negócio Canvas, simples e fácil ele destaca e preserva os valores da empresa e pode ser facilmente adaptável para o terceiro setor.

Referências

- ANDRADE, Cheila Fernandes de; PADILHA, Gisele Leite; CASTRO, Tatiane Melo de (2018). Contabilidade do Terceiro Setor: Uma análise sobre a percepção dos contadores. *Revista Humanidades & Inovação*, v.5, n.2.
- ARRUDA, Leila Lucia, FREITAG, Viviane da Costa; SILVEIRA, Cristiane Konopika Portes; SILVA, Rosimeire Aparecida Vieira da; DANGO, Leandro Alexandre (2010). *As Peculiaridades da Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor: Na Visão dos Acadêmicos*. Belo Horizonte: 2010.
- CABRAL, Zilma. (2012) *Coleção Caminhos para o Desenvolvimento de Organizações da Sociedade Civil*. De: www.institutofonte.org.br.
- CABRAL, Zilma. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. De: <https://mapaosc.ipea.gov.br/>
- CABRAL, Zilma. Terceiro setor precisa de contabilidade eficaz. De: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/jc_contabilidade/2018/09/650338-terceiro-setor-precisa-de-contabilidade-eficaz.html.
- CAMELO, Augusto César Oliveira; CAMELO, Éricka Patrícia de S. Martins; PAULINO, Tatiana Cristina de Brito (2006). A importância do gerenciamento contábil para as organizações do terceiro setor. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, v.25, n.2, p. 41-54.
- CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina (2011). Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v.6, n.2, p. 90-105.

- COELHO, Coelho Ulysses; LINS, Luiz dos Santos (2010). Teoria da Contabilidade: Abordagem Contextual, Histórica e Gerencial.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL. Revisão 1, CPC 00, 2011. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, Brasília, ano 2011, 2 dez. 2011.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL. Revisão 1, CPC 26, 2011. Apresentação das Demonstrações Contábeis, Brasília, ano 2011, 2 dez. 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasília). Revisão 1, ITG 2002. Entidades sem finalidade de lucros, Brasília, 2 set. 2015.
- GRAZZIOLI, Airton; CAMPELO, Aldeir de Lima; ANDRADE, Álvaro Pereira de; FRANÇA, José Antonio de; PAES, José Eduardo Sabo; MOL, Leonardo de Freitas; CARVALHO, Lúcia Regina Faleiro; MONELLO, Marcelo Roberto; MARTINS, Paulo Dias; SILVA, Severino Vicente da (2015). Manual de Procedimentos para Terceiro Setor: Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social. Brasília: Laerte S. Martins: CFC: FBC: Profis.
- MONSER, Neusa Teresinha Ballardinet; SOUZA, Marcone Hahan de; JUNIOR, Ivan Roberto dos Santos Pinto; PETRY, Dani José; BERTO, João Daniel; PUGUES, Laurise Martha; SALVADOR, Luiz Antonio; RENNEN, Roberto Antonio; MEDEIROS, Roberto da Silva (2018). Terceiro Setor Guia de orientação para o profissional da Contabilidade. 3ª. ed. rev. e aum. Porto Alegre.
- PONTES, Hosana Maria Barbosa; GOMES, Rickardo Léo Ramos (2017). O papel a controladoria na gestão das entidades do terceiro setor. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 10 jan. 2002.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, e dá outras providências. Brasília, 31 jul. 2014.
- QUEIROZ, Luziana Maria Nunes et al, (2015). O Balanço Social de uma Entidade do Terceiro Setor. 114 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, Rio Grande do Norte.
- RIBEIRO, Osni Moura (2013). Contabilidade Geral Fácil. São Paulo: Saraiva.
- SANTOS, Andreia Aparecida Pandolfi dos; SILVA, Moacir Gomes da. Gestão de Finanças no Terceiro Setor. Revista Visão: Gestão Organizacional, v. 4, n. 1, p. 22-35.
- SANTOS, Cleston Alexandre dos (2010). Práticas de contabilidade das organizações em fins lucrativos de Curitiba. Dissertação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR).

SILVA, Alexandre Alcântara da (2014). Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. São Paulo: Atlas.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da (2017). Metodologia da Pesquisa Aplicada a Contabilidade. p. 133-155. Salvador: UFBA.

Apêndice A – Questionário

O objetivo deste questionário é verificar a aplicação e utilidade das práticas contábeis adotadas para contabilizar os fatos e operações da entidade; e verificar qual a percepção do gestor ou responsável pela administração sobre a importância da contabilidade para a organização.

1. A contabilidade é feita por:

Unidade interna da instituição

Escritório contábil

Contador voluntário

Outros: _____

2. Selecione os tipos de contabilidade realizados na instituição:

Fiscal e Tributária

Gerencial

Financeira

3. Selecione os critérios que são prioridades na gestão da instituição:

Planejamento das atividades e das finanças

Controle das atividades e das finanças

Ambos

Outros: _____

4. Em relação às ferramentas contábeis-financeiras, selecione todas as utilizadas pela instituição:

Fluxos de caixa

Elaboração de demonstrações contábeis

Aplicações financeiras

Planejamento fiscal e tributário

Controle Financeiro de entrada e saída de estoque de mercadorias

Controle de contas a pagar

Controle de bens de imobilizados

Controle de doações financeiras e materiais

Controle de compras

Controle de pagamentos

Orçamento

Prestação de contas

Outros: _____

5. Em relação à elaboração das demonstrações contábeis, selecione todas elaboradas pela contabilidade da instituição:

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Período

- () Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 () Demonstração dos Fluxos de Caixa
 () Outros: _____

6. A instituição utiliza as informações contábeis e financeiras obtidas nas demonstrações contábeis para tomada de decisão?

- () Sim () Não

Se sim, em quais processos gerenciais e financeiros essas informações contribuem para a melhor interpretação dos fatos e para a tomada de decisão?

7. A instituição utiliza a contabilidade como uma ferramenta de gestão?

- () Sim () Não

Porquê? _____

8. No que diz respeito às prestações de contas, a instituição percebe a importância da contabilidade para a transparência das informações?

- () Sim () Não

Porquê? _____

9. A instituição pretende aprimorar seu sistema de gestão e de finanças através da contabilidade:

- () a curto prazo
 () a médio prazo
 () a longo prazo
 () não pretende

10. Qual o nível de conhecimento que o gestor ou responsável pela administração da instituição, considera ter sobre contabilidade?

- () Nada
 () Básico
 () Médio
 () Intermediário
 () Avançado

11. Quanto tempo durou para introduzir a contabilidade e por que considerou adotá-la?

Apêndice B – Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial		
Saldo em:	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Ativo Total	302.496,35	302.738,31
Ativo circulante	23.687,23	15.446,52

Caixa	14.128,94	2.409,21
Caixa	14.128,94	2.409,21
Banco conta movimento	4.190,37	8.165,47
Aplicação Bradesco	4.164,37	8.164,47
Banco Brasileiro de Descontos	26,00	1,00
Outros créditos	4.686,42	4.342,41
Salário família a recuperar	186,42	-
Adiantamento de férias	-	4.342,41
Adiantamento a fornecedor	4.500,00	-
Tributos a recuperar	681,50	529,43
PIS a compensar	192,95	40,88
INSS a recuperar	488,55	488,55
Ativo não circulante	278.809,12	287.291,79
Imobilizado	347.693,00	342.145,80
Máquinas/aparelhos e equipamentos	22.325,02	17.980,02
Equipamentos de informática	1.599,00	1.599,00
Obras em andamento	75.072,27	75.072,27
Movéis e utensílios	36.018,13	36.018,13
Biblioteca	1.950,58	748,38
Imóveis	210.728,00	210.728,00
(-) Depreciação acumulada	68.883,88	54.854,01
(-) Deprec. Acum. Maq aparelhos e equip	7.311,70	5.472,66
(-) Deprec. Acum. Equip. de informática	626,28	466,38
(-) Deprec. Acum. Movéis e utensílios	13.474,63	9.872,82
(-) Deprec. Acum. Imóveis	42.145,60	33.716,48
(-) Outra deprec. acumulada	5.325,67	5.325,67
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo total	302.496,35	302.738,31
Passivo circulante	30.688,47	24.103,09
Obrigações tributárias	16.478,07	9.814,14
PIS a recolher	250,48	159,00
Parcelamento INSS	16.227,59	9.655,14
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14.210,40	14.288,95
Salários e ordenados a pagar	1.636,32	2.814,32
INSS a recolher	11.327,02	7.393,79
FGTS a recolher	724,61	3.839,46
Contrib. E Mens. Sindical a recolher	522,45	241,38
Patrimônio Social	271.807,88	278.635,22
Superávit ou Déficit Acumulados	271.807,88	278.635,22
Resultado Social de exercícios anteriores	263.607,41	280.647,24

Superávit acumulado	15.027,81	15.027,81
(-) Déficit acumulado	6.827,34	17.039,83

Apêndice C – Demonstração do Resultado do Período

Demonstração do Resultado do Período		
Saldo em:	31/12/2017	31/12/2016
Descrição da conta		
Receita Líquida	196.991,76	139.061,65
Receita de doação	196.991,76	139.061,65
Total da Receita	196.991,76	139.061,65
Despesas Administrativas	195.132,49	152.576,63
Depreciação	14.029,87	13.858,39
Energia elétrica	16.836,49	13.747,61
Férias	13.538,17	2.367,98
FGTS	6.621,45	5.336,51
Gratificações	400,00	-
Hora Extra	100,00	-
Impressos e Materiais de escritório	653,66	-
Previdência social	24.689,99	19.998,60
Festejos e comemorações	2.385,66	-
Prestação de serviços - PF	7.080,00	-
Telefone	20,00	-
Serviços prestados - PJ	4.094,53	6.173,03
Alimentação	836,73	899,34
Combustíveis e lubrificantes	373,18	-
Compra de material escolar	535,90	1.251,62
Compra de material de limpeza	272,17	295,75
Compra de uniformes	411,50	-
Conservação e limpeza	1.438,94	900,00
Honorários profissionais	6.775,00	8.208,00
Manutenção de máquinas/equipamentos	2.172,00	320,00
Despesas com confecção	845,00	-
Multas sobre FGTS	591,32	558,33
Vale transporte	2.358,00	-
Assinaturas	3.020,08	1.242,72
Despesas com salários	67.741,34	63.704,00
Certificados	-	380,00
1/3 Férias rescisão	260,28	-

Manutenção de imóvel	3.219,07	5.234,75
Manutenção e instalação	480,00	-
Material de consumo	1.103,04	-
13º salário	6.402,83	5.700,00
Aviso prévio	937,00	1.200,00
Saldo de salário	687,13	1.200,00
Arredondamento	4.222,16	-
Despesas Tributárias	1.434,60	1.916,20
Impostos e taxas	753,43	1.258,89
Alvará de funcionamento	171,19	-
ISS sobre serviço de autônomo	509,98	657,31
Despesas Financeiras	7.252,01	1.608,65
Juros pagos	5.747,31	938,62
Despesas bancárias	662,20	670,03
Despesas de cartório	478,00	-
Despesa com CPMF	364,50	-
Total das despesas	203.819,10	156.101,48
(-) Resultado do período	- 6.827,34	-17.039,83